

# Brasil Ventos Energia S.A.

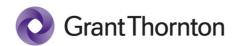
Demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acompanhadas do relatório de revisão do auditor independente Em 31 de março de 2023





# Índice

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias	3
Demonstrações contábeis intermediárias	5
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas para o período findo em 31 de março de 2023	12



# Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 | 4º andar | Botafogo - Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512 4100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Brasil Ventos Energia S.A.**Rio de Janeiro - RJ

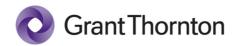
#### Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Brasil Ventos Energia S.A. (Companhia), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração dessas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (*Iasb*). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de demonstrações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



# Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de demonstrações contábeis intermediárias.

#### Ênfase

#### Reapresentação das demonstrações contábeis intermediárias correspondentes

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 3.n). às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em decorrência do processo de liquidação voluntária de controlada, considerada como operação descontinuada nos termos da NBC TG 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas, a Companhia ajustou e está reapresentando as demonstrações individuais e consolidadas do resultado correspondentes para fins de comparação, nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors). Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações contábeis intermediárias acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP-025.583/O-1

and listing Dinham aron.

Ana Cristina Linhares Areosa Contadora CRC 1RJ-081.409/O-3

Balanços patrimoniais Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	36.893	37.111	73.056	74.244
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	-	-	6.477	7.108
Despesas antecipadas		-	58	570	1.055
Tributos a compensar	7	2.757	2.753	5.557	5.475
Outros		-	40	93	110
		39.650	39.962	85.753	87.992
Não circulante					
Depósito judicial	17.1	-	-	12.965	12.965
Fundo vinculado	5	-	-	28.528	27.688
Investimento	8 e 9	143.099	149.627	846	659
Imobilizado	10	12	13	519.969	526.843
Intangível	11	11	9	194.430	194.546
		143.122	149.649	756.738	762.701
Total do Ativo		182.772	189.611	842.491	850.693

Balanços patrimoniais Em 31 de março de 2023 e 31 dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
<u>Passivo</u>					
Circulante					
Fornecedores		158	181	612	784
Obrigações sociais e trabalhistas	13	188	222	700	763
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	36.989	35.605
Obrigações tributárias	14	26	27	965	1.115
Arrendamentos	15	-	-	1.148	1.702
Provisão para ações judiciais	17.1	-	-	4.261	4.424
Provisão para ressarcimento	17.2	-	-	43.044	39.246
Passivos com operação descontinuada	30	1.819	-	1.819	-
Contrato de cessão de direitos	16a	-	-	-	3.664
Outros		-	-	28	28
		2.191	430	89.566	87.331
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	_	_	452.349	456.154
Contrato de cessão de direitos	16a	-	_	7.339	7.111
Arrendamentos	15	_	_	96.660	96.660
Provisão para perda de investimento		_	1.571	_	-
Provisão para ações judiciais	17.1	-	_	12.965	12.965
Outros		-	_	93	93
			1.571	569.406	572.983
Patrimônio líquido				<del></del> -	
Capital social	18 a	11.000	11.000	11.000	11.000
Reserva de capital (Transações de capital)	18 b	(34.302)	(34.302)	(34.302)	(34.302)
Prejuízos acumulados		(256.843)	(249.814)	(256.843)	(249.814)
Adiantamento para futuro aumento de capital	16b	460.726	460.726	460.726	460.726
Total do patrimônio líquido dos controladores		180.581	187.610	180.581	187.610
Participação dos não controladores		<u> </u>	-	2.938	2.769
Total do patrimônio líquido		180.581	187.610	183.519	190.379
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		182.772	189.611	842.491	850.693

Demonstrações do resultado para os períodos findos Em 31 de março de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais, exceto prejuízo por ação)

		Con	troladora	Con	solidado
	Notas	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	-	-	15.375	21.415
CUSTO OPERACIONAL	20				
Operação e manutenção de usinas		-	-	(2.775)	(2.142)
Depreciação / Amortização		-	-	(7.257)	(7.271)
Encargos de uso da rede elétrica				(143)	(171)
DEGENERAL OPERAL GEOVALE		-	-	(10.175)	(9.584)
DESPESA OPERACIONAL	21	(200)	(200)	(1.001)	(1.100)
Pessoal e administradores		(389)	(389)	(1.091)	(1.183)
Materiais		(401)	(504)	(2)	(1)
Serviços de terceiros Tributos		(481)	(584)	(877)	(853)
Outras despesas		(1) (57)	(1) (72)	(265) (356)	(293) (531)
Depreciação	10	(1)	(72)	(530)	(5)
Depreciação	10	(929)	(1.046)	(2.596)	(2.866)
		()2)	(1.040)	(2.370)	(2.000)
Resultado da equivalência patrimonial	9a	(6.817)	(3.282)	(102)	(191)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(7.746)	(4.328)	2.202	8.774
RESULTADO FINANCEIRO	22				
Receitas financeiras		974	990	2.208	1.977
Despesas financeiras		(2)	(3)	(11.491)	(14.098)
		972	987	(9.283)	(12.121)
PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		(6.774)	(3. 341)	(6.781)	(3.347)
Contribuição social	23	(3)	-	(3)	-
Imposto de renda	23	(4)		(4)	
PREJUÍZO DA OPERAÇÃO					
CONTINUADA		(6.781)	(3.341)	(6.788)	(3.347)
LUCRO (PREJUÍZO) DA OPERAÇÃO DESCONTINUADA		(248)	43	(248)	43
PREJUÍZO PERÍODO		(7.029)	(3.298)	(7.036)	(3.304)
		(11025)	(0.250)	(11020)	(0.001)
Participação dos não controladores		-	-	(7)	(6)
Participação dos controladores		-	-	(7.029)	(3.298)
Resultado por ação (básico e diluído) - Em Reais	24	(0.41)	(0.20)		
Acais	24	(0,64)	(0,30)		

Demonstrações do resultado abrangente para os períodos findos em 31 de março de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

	Cont	Controladora		solidado
	31/03/2023 31/12/2022		31/12/2022	31/12/2022
Prejuízo do período	(7.029)	(3.298)	(7.036)	(3.304)
Total do resultado abrangente	(7.029)	(3.298)	(7.036)	(3.304)
Atribuível à:				
Participação dos acionistas não controladores	-	-	<b>(7</b> )	(6)
Participação dos acionistas controladores	-	-	(7.029)	(3.298)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos findos Em 31 de março de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido dos controladores	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11.000	(34.302)	(170.260)	460.726	267.164	6.058	273.222
Prejuízo do período	-	-	(3.298)		(3.298)	(6)	(3.304)
Saldo em 31 de março de 2022	11.000	(34.302)	(173.558)	460.726	263.866	6.052	269.918
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.000	(34.302)	(249.814)	460.726	187.610	2.769	190.379
Prejuízo do período	-	-	(7.029)	-	(7.029)	(7)	(7.036)
Participações de não controladores	-	-	-	-	-	176	176
Saldo em 31 de março de 2023	11.000	(34.302)	(256.843)	460.726	180.581	2.938	183.519

Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

		Controladora		Co	nsolidado
	Notas	31/03/2023	31/03/2022	3103/2023	31/03/2022
Prejuízo dos períodos		(7.029)	(3.298)	(7.036)	(3.304)
Ajustados por:		(71023)	(3.270)	(71000)	(5.55.)
Depreciação e amortização	10 e 11	1	1	7.060	7.077
Equivalência patrimonial	9	1	1	7.262 102	7.277
Encargos financeiros, líquidos	12	6.817	3.282	102	191 14.069
Atualização financeira	5	-	-	(840)	
Provisão para ressarcimento - CCEAR	17	-	-	3.798	(625)
Lucro (Prejuízo) dos exercícios ajustados		(211)	(15)	14.761	17.608
Redução (Aumento) dos ativos					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6		_	631	(1.612)
Despesas antecipadas		58	70	485	498
Tributos a compensar	7	(4)	(3)	(82)	(105)
Outros		40	18	17	10
Aumento (Redução) dos passivos					
Fornecedores		(23)	85	(172)	367
Tributos e contribuições a recolher		(1)	5	(150)	(46)
Arrendamento a pagar		-	-	(554)	(473)
Outras		-	-	(189)	-
Operações descontinuada		248	(43)	(1.819)	-
Depósito judicial	17	-	-	-	(11.720)
Obrigações - folha de pagamento		(34)	(3)	(63)	40
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		73	114	12.865	4.567
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de investimentos em coligadas e controladas	9	(289)	(396)	(289)	(396)
Partes relacionadas - cessão de direitos		-	-	-	244
Aquisição do imobilizado	10	-	-	(42)	(6)
Aquisição do intangível	11	(2)		(2)	(243)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento		(291)	(396)	(333)	(2.067)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Participação dos acionistas não controladores		-	-	176	-
Amortização de empréstimos e juros de encargos	12	-	-	(13.896)	(15.810)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento				(13.720)	(15.810)
(Redução) do caixa e equivalentes de caixa		(218)	(282)	(1.188)	(13.310)
Demonstração da (redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes no início do período		37.111	52.512	74.244	85.570
Caixa e equivalentes no final do período	4	36.893	52.230	73.056	72.260
(Redução) do caixa e equivalentes de caixa				(1 100)	
(		(218)	(282)	(1.188)	(13.310)

Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos Em 31 de março de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

		Cor	ntroladora	Con	solidado
	Notas	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
1. GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Receitas					
Receita operacional bruta	19	-	-	17.234	23.373
				17.234	23.373
Insumos adquiridos de terceiros					
Serviços de terceiros		(481)	(584)	(3.652)	(3.002)
Materiais		-	-	(2)	-
Outras despesas operacionais		(305)	(29)	(604)	(528)
•		(786)	(613)	(4.258)	(3.530)
2. VALOR ADICIONADO BRUTO		(786)	(613)	12.976	19.843
3. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		(786)	(613)	12.976	19.843
Resultado de equivalência patrimonial	9	(6.817)	(3.282)	(102)	(191)
Depreciação / Amortização	10 e 11	(1)	(1)	(7.262)	(7.277)
Receitas financeiras	22	974	990	2.208	2.035
4. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		(6.630)	(2.906)	7.820	14.410
5. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Remuneração do trabalho		389	398	1.091	1.183
Governo (Impostos e contribuições)		8	-	2.274	2.433
Encargos financeiros		2	3	11.491	14.098
Participações de acionistas não controladores		-	-	(7)	(6)
Prejuízo dos períodos		(7.029)	(3.298)	(7.029)	(3.298)
·		(6.630)	(2.906)	7.820	14.410

# Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período findo em 31 de março de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1 Contexto operacional

A Brasil Ventos Energia S.A. ("BVE" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de janeiro de 2016, com a integralização do capital social no valor de R\$ 11.000, para atuar como holding, tendo como objeto principal, as seguintes atividades: participação em sociedades de geração de energia de fonte renovável, tais como eólica, solar e de biomassa, investimento nas sociedades titulares dos direitos de exploração dos empreendimentos eólicos denominados Geradora Eólica Ventos de Santa Rosa S.A., Geradora Eólica Ventos de Uirapuru S.A., Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A., Geradora Eólica Arara Azul S.A., Geradora Eólica Bentevi S.A., Geradora Eólica Ouro Verde I S.A., Geradora Eólica Ouro Verde II S.A., e Geradora Eólica Ouro Verde III S.A., comercialização da energia elétrica gerada em seus empreendimentos e nas sociedades investidas. A Assembleia Geral de 13 de janeiro de 2016 aprovou o Estatuto Social da Companhia com capital social autorizado de R\$ 551,4 milhões.

Em dezembro de 2020, como forma de racionalizar os gastos da controladora BVE em projetos em *greenfield*, as sociedades acima elencadas, que compunham os Complexos de Acaraú e de Famosa III, foram todas incorporadas pela Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A., posto que todas possuíam a mesma estrutura de capital.

As sociedades investidas possuem as seguintes características:

#### a) Reestruturação societária de outros investimentos

Com o objetivo de consolidar os outros investimentos em geração de energia renovável do Controlador – Furnas Centrais Elétricas S.A., a partir de janeiro de 2018, houve a implementação de uma série de movimentos de reestruturação societária que ocorreram na seguinte ordem cronológica:

#### i) Ordem cronológica de entrada dos investimentos

- Em 25 de janeiro de 2018, ocorreu a cessão não onerosa, para a Brasil Ventos Energia S.A., da participação de Furnas Centrais Elétricas S.A. (99,99%), no Complexo Eólico Fortim, composto pelas SPE's Energia dos Ventos V S.A., Energia dos Ventos VI S.A., Energia dos Ventos VII S.A., Energia dos Ventos IX S.A.
- Em 04 de junho de 2018, ocorreu a transferência da totalidade da participação de Furnas (49%) no Complexo Eólico de Itaguaçu da Bahia, representado pela holding IBER Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A. e suas dez geradoras eólicas, provenientes do Leilão 10/2013 A-5 de 2013 ANEEL. A transferência ocorreu por meio da celebração do contrato de cessão não onerosa das ações de Furnas para a Brasil Ventos Energia, com data de 04 de junho de 2018, registrando valores constantes do laudo de avaliação da Companhia, base março de 2018.

- Em 13 de julho de 2018, as Centrais Eólicas São Januário Ltda, Nossa Senhora de Fátima Ltda, Jandaia Ltda, São Clemente Ltda e Jandaia I cederam para a BVE as participações detidas, nas SPE's Energia dos Ventos V, VI, VII, VIII e IX, que compõem o Complexo Eólico Fortim, que passaram a ser subsidiárias integrais da Brasil Ventos Energia.
- Em 21 de setembro de 2018, foi celebrado o Contrato de Cessão Não Onerosa e Outras Avenças que trata da transferência das ações de titularidade de Furnas (49%) no Complexo Eólico Famosa, composto pelas Centrais Eólicas Famosa I, São Paulo, Pau Brasil e Rosada, todas provenientes do Edital de Leilão LER 03/2011 ANEEL, para a Brasil Ventos Energia. O registro da transferência ocorreu na mesma data acima, conforme valores constantes do laudo de avaliação da Companhia, base junho de 2018.
- Em 26 de novembro de 2018, foi finalizado o processo de compra, por parte de Furnas, da participação de 49% da Holding IBER Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A. de propriedade do Fundo de Investimento Participações Salus FIP SALUS, que foi aprovado pela SEST Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais. Nessa data, as ações da IBER de titularidade do Fundo de Investimento Participações Salus FIP SALUS foram transferidas para Furnas.
- Em 06 de dezembro de 2018, por meio da celebração de contratos de cessão não onerosa, também ocorreu a cessão da totalidade da participação de Furnas, correspondente a 49% nos complexos eólicos Punaú e Baleia para a Brasil Ventos Energia. O Complexo Eólico Punaú é composto pelas sociedades Punaú I Eólica S.A., Carnaúba I Eólica S.A., Carnaúba III Eólica S.A., Carnaúba V Eólica S.A., Cervantes I Eólica S.A., Cervantes II Eólica S.A., e o Complexo Eólico Baleia é composto pelas sociedades Bom Jesus Eólica S.A., Cachoeira Eólica S.A., Pitimbu Eólica S.A., São Caetano Eólica S.A., São Caetano I Eólica S.A. e São Galvão Eólica S.A. A transferência ocorreu conforme valores constantes do laudo de avaliação da Companhia, base setembro de 2018.
- Em 19 de dezembro de 2018, foi celebrado o Contrato de Cessão Não Onerosa e Outras Avenças para tratar da transferência para a Brasil Ventos Energia BVE das ações da IBER (49%) de titularidade de Furnas adquiridas do Fundo de Investimento Participações Salus FIP SALUS em novembro. Naquele momento, a SEST condicionou a autorização para constituição de uma nova estatal à redução no número de CNPJs do Complexo de Itaguaçu da Bahia, de 11 sociedades para 1 sociedade, sendo então encerradas por incorporação, os CNPJs das 10 SPE's geradoras. A BVE passou a ter 98% de participação na IBER, passando a ser um único empreendimento denominado Parque Eólico Itaguaçu da Bahia I.
- Em 30 de outubro de 2020, conforme deliberado nas Assembleias Gerais Extraordinárias das sociedades Punaú I Eólica S.A., Carnaúba I Eólica S.A., Carnaúba II Eólica S.A., Carnaúba III Eólica S.A., Carnaúba V Eólica S.A., Cervantes I Eólica S.A., Cervantes II Eólica S.A., que compunham o Complexo Eólico Punaú, ocorreu a extinção das referidas sociedades, como forma de exaurimento da liquidação extrajudicial iniciada em 02 de dezembro de 2019. Ressalta-se que os projetos foram alienados para a sociedade São Galvão Eólica S.A., pertencente ao Complexo Eólico Baleia, cuja composição acionária é análoga a das referidas sociedades extintas.

- Em 22 de dezembro de 2020, os acionistas das Sociedades que compunham os Complexos Eólicos Famosa III e Acaraú, quais sejam, Geradoras Eólicas Arara Azul, Bentevi, Ouro Verde I, Ouro Verde II, Ouro Verde III, Santa Rosa e Uirapuru, com o objetivo de reduzir as despesas administrativas para a manutenção das sociedades cujos projetos foram descontratados, bem como facilitar a futura alienação dos projetos em referência, deliberaram por realizar a incorporação das sociedades acima mencionadas na Geradora Eólica Angelim, consequentemente extinguindo as sociedades incorporadas e mantendo Angelim como sucessora em todos os direitos e obrigações.
- No dia 22/12/2022 a Diretoria da Geradora Eólica Ventos de Angelim deliberou sobre o encaminhamento para os órgãos competentes da proposta de dissolução e liquidação da Companhia, nos termos do artigo 206, I, c, da Lei nº 6.404/76, cuja motivação decorre, principalmente: (i) da perda de objeto decorrente da descontratação dos projetos eólicos a cargo da Companhia e da extinção das respectivas outorgas autorizativas, e (ii) da ausência de interesse dos acionistas na implantação dos projetos eólicos. No dia 28/12/2022, o Conselho de Administração da Controladora Brasil Ventos Energia S.A. deliberou sobre o encaminhamento da referida proposta para Assembleia Geral Extraordinária, após manifestação favorável do Conselho Fiscal da Brasil Ventos Energia S.A. em Reunião Extraordinária datada de 23/12/2022. No dia 17/02/2023 foi realizada Assembleia Geral de Acionistas da Geradora Eólica Ventos de Angelim, que deliberou sobre (a) a dissolução e liquidação da Companhia; (b) a nomeação do Liquidante e sua respectiva remuneração; (c) a destituição da Diretoria; (d) e a resilição dos contratos de arrendamento dos imóveis referentes aos projetos eólicos dos parques de Acaraú, conforme disposto no Estatuto Social vigente.

Os empreendimentos cedidos ou incorporados apresentam as seguintes características:

#### ii) Projeto em operação comercial

#### Complexo Eólico FORTIM (100% de Participação)

O Complexo Eólico Fortim localizado no município de Fortim, Estado do Ceará é composto por:

Energia dos Ventos V S.A. - autorizada pela Portaria MME nº 432 de 17 de julho de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL São Januário, localizada no Município de Fortim, Estado do Ceará. Composta por 07 unidades geradoras de 3,0 MW cada, totalizando 21 MW de potência total instalada e com 9,70 MW médios de garantia física de energia (P90), referenciada no ponto de conexão, sendo esta revisada pela Portaria Aneel nº 65, de 19 de fevereiro de 2020.

Energia dos Ventos VI S.A. - autorizada pela Portaria MME nº 459 de 8 de agosto de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Nossa Senhora de Fátima, localizada no Município de Fortim, Estado do Ceará. Composta por 10 unidades geradoras de 3,0 MW cada, totalizando 30 MW de potência total instalada e com 13,60 MW médios de garantia física de energia (P90), referenciada no ponto de conexão, sendo esta revisada pela Portaria Aneel nº 65, de 19 de fevereiro de 2020.

Energia dos Ventos VII S.A. - autorizada pela Portaria MME nº 458 de 08 de agosto de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Jandaia, localizada no Município de Fortim, Estado do Ceará. Composta por 09 unidades geradoras de 3,0 MW cada, totalizando 27 MW de potência total instalada e com 14,10 MW médios de garantia física de energia (P90), referenciada no ponto de conexão, sendo esta revisada pela Portaria Aneel nº 65, de 19 de fevereiro de 2020.

Energia dos Ventos VIII S.A. - autorizada pela Portaria MME nº 446 de 25 de julho de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL São Clemente, localizada no Município de Fortim, Estado do Ceará. Composta por 07 unidades geradoras de 3,0 MW cada, totalizando 21 MW de potência total instalada e com 10,20 MW médios de garantia física de energia(P90), referenciada no ponto de conexão, sendo esta revisada pela Portaria Aneel nº 65, de 19 de fevereiro de 2020; e

Energia dos Ventos IX S.A. - autorizada pela Portaria MME nº 409 de 05 de julho de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Jandaia I, localizada no Município de Fortim, Estado do Ceará. Composta por 08 unidades geradoras de 3,0 MW cada, totalizando 24 MW de potência total instalada e com 10,60 MW médios de garantia física de energia (P90), referenciada no ponto de conexão, sendo esta revisada pela Portaria Aneel nº 65, de 19 de fevereiro de 2020.

O Complexo Eólico Fortim está em fase de operação comercial. Esta fase iniciou-se após a publicação dos Despachos ANEEL para EDV V – Despacho nº 1556/2020, EDV VI – Despacho nº 1557/2020 a partir de 02/06/2020 e EDV VII – Despacho nº 1539/2020, EDV VIII – Despacho nº 1540/2020 e EDV IX – Despacho nº 1541/2020, a partir de 30/05/2020 liberando as usinas a operarem comercialmente.

As Licenças de Operação dos 5 Parques Eólicos, Linha de Transmissão e Subestação já foram emitidas pelo Órgão Ambiental (SEMACE) e a implantação dos programas ambientais concluídos.

O custo da construção do Complexo Eólico Fortim foi de R\$ 712 milhões conforme plano de negócios atualizado em janeiro de 2021. Os recursos necessários para a construção foram viabilizados por meio de uma estrutura financeira de "*Project Finance*", envolvendo aporte de capital pelo acionista BVE e financiamento de longo prazo.

#### iii) Projeto em desenvolvimento

## Parque Eólico Itaguaçu da Bahia - (98% de participação)

O Parque Eólico Itaguaçu da Bahia I contará com cerca de 300 MW de potência e está localizado nos Municípios de Itaguaçu da Bahia e Gentio do Ouro, será implantada uma rede de distribuição de 34,5kV, interligando o parque eólico a uma subestação de elevação compartilhadas de 34,5kV para 500kV, utilizando-se de uma linha de transmissão de 500kV, com cerca de 36km de extensão ligando o Parque ao Sistema Interligado Nacional por meio da subestação denominada Gentio do Ouro II, também no Estado da Bahia. Nesse momento, o Parque Eólico Itaguaçu da Bahia I está em regime de desenvolvimento. Em 16/06/2021 foi publicado o Despacho ANEEL nº 1.779, denominado Despacho de Registro de Requerimento de Outorga — DRO, etapa preliminar a solicitação da Outorga de Autorização do empreendimento pedido também já realizado. Seguindo o rito da governança corporativa, o projeto passou por aprovações em inúmeras instâncias, e por fim, foi aprovado o projeto na Diretoria e Conselho da Holding Eletrobras ambas realizadas no mês de junho de 2021.

Em dezembro de 2021, foi publicado o Edital de Licitação LC.IBER.0007.2021 com sessão pública ocorrida em fevereiro de 2022, na qual apenas uma empresa interessada apresentou proposta. Contudo, como a única proposta apresentada não atendia aos requisitos mínimos exigidos no Edital, o Agente de Licitação abriu processo de diligência para sanar as falhas na confecção da proposta. Neste processo foi facultada à proponente a apresentação de nova proposta após saneados os problemas identificados e em março de 2022 ocorreu nova sessão pública para o recebimento e negociação dos valores propostos para o Contrato de Fornecimento e o Contrato de Operação e Manutenção. A proposta restou classificada, tendo a proponente enviado a documentação de habilitação que atendeu a todos os requisitos exigidos.

Considerando a desestatização das sociedades do Grupo Eletrobras, o processo de licitação foi revogado, a Companhia buscou no mercado, com os fornecedores de aerogeradores, melhores condições comerciais que atendam ao Projeto. A partir da definição da melhor solução técnico/financeira pela holding, o Plano de Negócios será revisado e reapresentado para a Governança interna e da Eletrobras.

# iv) Projetos em Greenfield

# Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A. - Em Liquidação - Incorporadora das Sociedades dos Complexos Eólicos Acaraú e Famosa III (90% de Participação)

Conforme já informado na presente nota explicativa, os projetos referentes aos Complexos de Acaraú e Famosa III, foram descontratados e, buscando a racionalização dos recursos, os acionistas optaram por realizar, na Companhia, a incorporação das sociedades que compunham os Complexos de Acaraú e de Famosa III, quais sejam SPEs Geradora Eólica Arara Azul S.A, Geradora Eólica Bentevi S.A, Geradora Eólica Ouro Verde I S.A., Geradora Eólica Ouro Verde II S.A., Geradora Eólica Ouro Verde III S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Rosa S.A., Geradora Eólica Ventos de Uirapuru S.A., pela sociedade incorporadora Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A, conforme AGE de 22 de dezembro de 2020.

No dia 22/12/2022 a Diretoria da Geradora Eólica Ventos de Angelim deliberou sobre o encaminhamento para os órgãos competentes da proposta de dissolução e liquidação da Companhia, nos termos do artigo 206, I, c, da Lei nº 6.404/76, cuja motivação decorre, principalmente: (i) da perda de objeto decorrente da descontratação dos projetos eólicos a cargo da Companhia e da extinção das respectivas outorgas autorizativas, e (ii) da ausência de interesse dos acionistas na implantação dos projetos eólicos. No dia 28/12/2022, o Conselho de Administração da Controladora Brasil Ventos Energia S.A. deliberou sobre o encaminhamento da referida proposta para Assembleia Geral Extraordinária, após manifestação favorável do Conselho Fiscal da Brasil Ventos Energia S.A. em Reunião Extraordinária datada de 23/12/2022. No dia 17/02/2023 foi realizada Assembleia Geral de Acionistas da Geradora Eólica Ventos de Angelim que deliberou sobre (a) a dissolução e liquidação da Companhia; (b) a nomeação do liquidante e sua respectiva remuneração; (c) a destituição da Diretoria; (d) e a resilição dos contratos de arrendamento dos imóveis referentes aos projetos eólicos dos parques de Acaraú, conforme disposto no Estatuto Social vigente.

Dessa forma, com a aprovação da liquidação extrajudicial pela Assembleia Geral de Acionistas, a Geradora Angelim realizará a resilição dos contratos de arrendamento dos projetos que compunham o Complexo Acaraú, considerando a inviabilidade técnica de execução dos projetos, conforme consubstanciado no Relatório Técnico do Projeto Eólico de Acaraú datado de 21/10/2022, e buscará alienar os projetos que compunham o Complexo Famosa III, como venda de ativos. Por fim, ocorrerá a extinção da Companhia, de acordo com os preceitos da Lei 6.404/76.

As demonstrações contábeis da Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.- Em Liquidação foram preparadas conforme as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, para entidades em liquidação que compreende, a NBC TG 900, que normatiza o CPC para Entidades em Liquidação, aprovado em 05 de março de 2021, produzindo seus efeitos em 1º de junho de 2021, sendo sua adoção permitida a partir de 1º de janeiro de 2021.

No primeiro trimestre de 2023, a Controlada nomeou o liquidante e segue com o cronograma de liquidação com previsão de término em 31/07/2023. Dessa forma, em 31/03/2023 a Controlada não consta mais das demonstrações consolidadas, em conformidade com os Pronunciamentos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros e CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

# Complexo Eólico Famosa - (49% de participação)

O Complexo Famosa possui 4 SPE's totalizando cerca de 90MW de potência instalada e está localizado em dois Estados, no Rio Grande do Norte no Município de Tibau e no Ceará no Município de Icapuí. Será interligado ao Sistema Interligado Nacional por meio de linha de transmissão em 69kV, com cerca de 2,1 km de extensão ligando o complexo à subestação Mossoró IV. Nesse momento, os Projetos do Complexo Famosa, formados por 4 parques eólicos, estão em regime de gestão como *greenfield*, adotando-se apenas a manutenção das obrigações sobre a área dos parques, projetos e licenças ambientais e medição certificada dos ventos.

# Complexo Eólico Baleia – EM LIQUIDAÇÃO (49% de participação)

O projeto de Baleia possui 6 SPE's, em liquidação extrajudicial, totalizando cerca de 113,2MW de potência instalada com sistema de transmissão de uso restrito em 230kV com 85 Km de distância para a Subestação Pecém II, no Município de Itapipoca, a 130 Km de Fortaleza, no Estado do Ceará. Após a extinção das Sociedades que compunham o Complexo Eólico Punaú, em 30.10.2020, a sociedade São Galvão Eólica S.A. adquiriu os direitos relativos ao projeto de Punaú, com cerca de 132 MW de potência instalada e sistema de transmissão de uso restrito em 230kV com 35 Km de distância para a Subestação Ceará Mirim II, nos Municípios de Maxaranguape e Rio do Fogo, a 81 Km de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

# 1.1 Perda para redução ao valor recuperável (impairment) e contratos onerosos

A Companhia realizou em 31 de dezembro de 2020 a avaliação individual dos Parques Eólicos São Januário, N.S. Fátima, Jandaia, São Clemente e Jandaia I que compõem o Complexo Eólico Fortim de propriedade, respectivamente, das Energia dos Ventos V S.A.- EDV V, Energia dos Ventos VI S.A.- EDV VI, Energia dos Ventos VII S.A.- EDV VII, Energia dos Ventos VIII S.A.- EDV VIII e Energia dos Ventos IX S.A.- EDV IX, de todas as suas unidades geradoras de caixa (UGC) quanto aos aspectos do *impairment* e contrato oneroso de acordo com os CPC s 01 e 25. O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

A Companhia atualizou as premissas de cálculo utilizadas no Plano de Negócios aprovado em dezembro de 2022 e de 2021, considerando que o Parque Eólico Fortim iniciou a sua operação em 2020. Também foram observadas as premissas editadas pelo acionista controlador Furnas Centrais Elétricas S.A., consoante as normas e premissas adotadas pelo Grupo Eletrobras.

A taxa de desconto utilizada foi calculada de acordo com a metodologia WACC de custo de capital, adotada pelo acionista controlador, utilizando-se a tributação pelo lucro real.

As principais premissas utilizadas para descontar as projeções de fluxo de caixa e determinar o valor em uso da UGC foram: WACC médio nominal antes do IR e CSLL de 5,90% a.a.; taxa média de inflação (IPCA) de 3,25% para 2022 e de 3,00% para o longo prazo.

Adicionalmente, a Companhia realizou em 31 de dezembro de 2022, avaliação individual da unidade geradora de caixa (UGC) do projeto Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A., quanto aos aspectos do *impairment* e, conforme informado na Nota explicativa nº 1.a.iv, por falta de expectativa de geração de receitas na unidade geradora de caixa ocasionados principalmente por motivos de inviabilidade técnica, está dando início ao processo de liquidação e dissolução. Atendendo CPC 01, a administração julgou prudente registrar um *impairment* sobre todo o saldo mantido nas contas de imobilizado e intangível R\$ 32.934, face a incerteza da recuperação desses ativos. Com relação ao Complexo eólico Fortim, em 31 de dezembro de 2022, houve uma reversão de *impairment* da ordem de R\$ 6.684, conforme a seguir detalhado:

Consolidado							
Impairment	Total 31/12/2022	Perda	Baixa de controlada em liquidação	Total 31/03/2023			
Energia dos Ventos V S.A.	(12.016)	-	-	(12.016)			
Energia dos Ventos VI S.A.	(16.521)	-	-	(16.521)			
Energia dos Ventos VII S.A.	(16.521)	-	-	(16.521)			
Energia dos Ventos VIII S.A.	(12.015)	-	-	(12.015)			
Energia dos Ventos IX S.A.	(12.015)	-	-	(12.015)			
Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.	(33.157)	-	33.157				
	(102.245)	-	33.157	(69.088)			

# 1.2 Aprovação das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis intermediárias da controladora e consolidado foram aprovadas para divulgação pela Diretoria da Companhia em 24 de abril de 2023.

# 2 Bases de apresentação das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração intermediária. As práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis intermediárias referentes a 31 de março de 2023, são consistentes com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações contábeis referentes a 31 de dezembro de 2022, divulgadas em conjunto para efeito de comparação.

#### a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico.

#### b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dessas estimativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas na Nota Explicativa nº 3 j.

#### d) Demonstrações de valor adicionado - DVA

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia e suas controladas representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capital de terceiros e remuneração de capital próprios.

#### e) Consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações da Companhia e das seguintes controladas: Energia dos Ventos V, Energia dos Ventos VII, Energia dos Ventos VIII, Energia dos Ventos IX e Itaguaçu da Bahia Energia Renováveis S.A.

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas foram utilizadas as demonstrações contábeis das sociedades controladas na mesma data das demonstrações da controladora.

Os saldos e as transações entre as companhias foram eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos não-controladores".

# 3 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas descritas em detalhes abaixo foram aplicados de acordo com aquelas que já eram aplicadas na Companhia, mantendo a uniformidade.

#### a) Instrumentos financeiros

#### Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, suas coligadas e controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia, suas coligadas e controladas cedem e transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia, suas coligadas e controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia, suas coligadas e controladas tiverem o direito legal de compensar os valores e tiver a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

#### Passivos financeiros não derivativos

A Companhia, suas coligadas e controladas reconhecem passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia, suas coligadas e controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia, suas coligadas e controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

#### **Fornecedores**

Referem-se a serviços necessários às operações da Companhia, suas coligadas e controladas cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

#### **Outros ativos e passivos (circulante e não circulante)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia, suas coligadas e controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia, suas coligadas e controladas possuem uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### b) Imobilizado

Itens do imobilizado estão registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia, suas coligadas e controladas incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicável, e os encargos de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros (capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados), quando aplicável em conformidade com as normas do MCSE e MSPSE.

As depreciações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício, conforme descrito na Nota explicativa nº 10, e leva em consideração o prazo estimado de vida útil dos bens.

#### c) Intangível

Refere-se ao custo de software e de cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Parque Eólico. É registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear, conforme descrito na Nota explicativa nº 11, e leva em consideração o prazo estimado da concessão. São submetidos ao teste de recuperabilidade (*impairment*) quando existirem indícios de possível perda de valor.

#### d) Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

#### e) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia, suas coligadas e controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

#### f) Tributação

A Companhia, suas coligadas e controladas estão sob o regime de tributação pelo lucro real. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social — O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social corrente. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### g) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia, suas coligadas e controladas decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia, suas coligadas e controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

#### h) Arrendamento

Em vigor desde 1º de janeiro de 2019, a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, tem como objetivo fornecer a base para que os usuários das demonstrações contábeis possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

O valor do contrato de arrendamento é mensurado e registrado no ativo e no passivo. No ativo é registrado o direito de uso a valor de custo, e no Passivo o valor que tem a pagar trazido a valor presente. O ativo é amortizado pelo prazo de concessão e o passivo pelos pagamentos aos arrendantes.

A Companhia, suas coligadas e controladas aplicaram a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e as informações financeiras, todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Companhia, suas coligadas e controladas.

#### i) Investimentos em coligadas e controladas

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido.

Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para passivo a descoberto) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas de fazer pagamentos por conta das controladas.

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Os investimentos em coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição.

#### j) Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período.

#### k) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

#### 1) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

#### (i) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia, suas coligadas e controladas adotam premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia, suas coligadas e controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

#### (ii) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são descritas a seguir:

#### • Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custo de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custo de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### • Provisões para ações judiciais

A Companhia, suas coligadas e controladas reconhecem provisão para ações judiciais, conforme descrito na Nota explicativa nº 17. Estas provisões são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pelos advogados da Companhia, suas coligadas e controladas. O registro das provisões para ações judiciais ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado.

Por sua natureza, as provisões para ações judiciais serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, bem como em outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

#### m) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

A adoção antecipada de normas emitidas pelo IASB mas que não estão em vigor, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo assim a Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias.

#### n) Ajustes dos saldos comparativos

Os valores relativos às demonstrações de resultados individuais e consolidadas para o período findo em 31 de março de 2022, originalmente apresentados nas demonstrações contábeis intermediárias aprovadas pela diretoria da Companhia em 20 de abril de 2022, estão sendo reapresentados para fins de comparação, em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas, Retificação de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, tendo em vista que em 17 de fevereiro de 2023, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Geradora Eólica Ventos de Angelim – Em Liquidação deliberaram sobre a dissolução e liquidação da Controlada, passando a ser considerada com Operação descontinuada nos termos do CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

		Controladora			Consolidado	
	31/03/2022	Ajuste	31/03/2022	31/03/2022	Ajuste	31/03/2022
	(Origina line rate aprex enta do )		(Reapresentado)	(Originalmente apresentado)		(R ea prex entad o
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-	-	21.415	-	21.415
CUSTO OPERACIONAL						
Depreciação / Amortização	-	-	-	(7.271)	-	(7.271)
Operação e manutenção de usinas	-	-	-	(2.142)	-	(2.142)
Encargos de uso da rede elétrica				(171)		(171)
	-	-	-	(9.584)	-	(9.584)
DESPESA OPERACIONAL						
Pessoale administradores	(389)	-	(389)	(1.183)	-	(1.183)
Material	-	-	-	(1)	-	(1
Serviço de terceiros	(584)	-	(584)	(860)	7	(853)
Depreciação	-	-	-	(5)	-	(5
Tributos	(1)	-	(1)	(293)	-	(293
Seguros	(72)		(72)	(531)		(531
	(1.046)		(1.046)	(2.873)	7_	(2.866)
Resultado da equivalência patrimonial	(3.239)	(43)	(3.282)	(191)	-	(191
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(4.285)	(43)	(4.328)	8.767	7	8.774
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO						
Receitas financeiras	990	-	990	2.035	(58)	1.977
Despesas financeiras	(3)		(3)	(14.098)		(14.098
	987		987	(12.063)	(58)	(12.121
PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(3.298)	(43)	(3.341)	(3.296)	(51)	(3.347
Contribuição social	_	_	_	(3)	3	_
Imposto de renda	-	-	-	(5)	5	-
•	-	-	-	(8)	8	-
PREJUÍZO DA OPERAÇÃO CONTINUADA	(3.298)	(43)	(3.341)	(3.304)	(43)	(3.347
LUCRO DA OPERAÇÃO DESCONTINUADA	,	43	43		-	43
PREJUÍZO DO PERÍODO	(3.298)		(3.298)	(3.304)	(43)	(3.304

# 4 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia mantém em caixa equivalente de caixa as aplicações financeiras que possuem caraterística de aplicação de curto prazo mantidas no Banco do Brasil com a finalidade de satisfazer compromisso rotineiros e com objetivo de remunerar o saldo diário através de 95% do CDI – Certificados de Deposito Interbancário (aplicações automáticas realizadas pela instituição financeira).

	Control	adora	Consolidado		
	31/03/2023 31/12/2022		31/03/2023	31/12/2022	
Caixa e saldo de conta corrente bancária	1	1	25	31	
Aplicações financeiras	36.892	37.110	73.031	74.213	
Total	36.893	37.111	73.056	74.244	

#### 5 Fundo vinculados - Consolidado

Empresa	Contrato	Saldo 31/12/2022	Resgate	Atualização	Saldo 31/03/2023
Energia dos Ventos V S.A	n° 187.2018.529.4956	4.814	-	146	4.960
Energia dos Ventos VI S.A	nº 187.2018.535.4957	6.765	-	206	6.971
Energia dos Ventos VII S.A	nº 187.2018.536.4958	6.043	-	183	6.226
Energia dos Ventos VIII S.A	nº 187.2018.537.4959	4.789	-	145	4.934
Energia dos Ventos IX S.A.	n° 187.2018.533.4960	5.277	<u>-</u>	160	5.437
		27.688	<u> </u>	840	28.528

Empresa	Contrato	Saldo 31/12/2021	Resgate	Atualização	Saldo 31/12/2022
Energia dos Ventos V S.A	n° 187.2018.529.4956	4.728	(351)	437	4.814
Energia dos Ventos VI S.A	nº 187.2018.535.4957	6.660	(509)	614	6.765
Energia dos Ventos VII S.A	n° 187.2018.536.4958	5.940	(445)	548	6.043
Energia dos Ventos VIII S.A	nº 187.2018.537.4959	4.699	(346)	436	4.789
Energia dos Ventos IX S.A.	n° 187.2018.533.4960	5.195	(399)	481	5.277
		27.222	(2.050)	2.516	27.688

Os Fundos vinculados referem-se aos valores transferidos pelas controladas que compõem o Complexo Eólico Fortim acima elencadas para conta caução, como condição precedente contratual à liberação das tranches do financiamento firmado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, em 31/10/2018 (Nota explicativa n° 12). Em 2019, foram transferidos para a conta caução de titularidade da SPE no BNB. Em maio de 2022 foram feitos resgates parciais, conforme previsão contratual.

## 6 Consumidores, concessionárias e permissionárias - Consolidado

Os Parques Eólicos São Januário, N.S. Fátima, Jandaia, São Clemente e Jandaia I que compõe o Complexo Eólico Fortim de propriedade respectivamente das Energia dos Ventos V S.A.-EDV V, Energia dos Ventos VI S.A.-EDV VII, Energia dos Ventos VII S.A.-EDV VII, Energia dos Ventos VIII S.A.-EDV VIII e Energia dos Ventos IX S.A.-EDV IX sagrou-se vencedor no 13º Leilão de Energia Nova comercializando respectivamente 7,90 MW médios, 11,20MWmed, 11,70 MW médios, 8,20MWmed e 8,70MWmed por um período de 20 anos no Ambiente de Contratação Regulado – ACR, com início de suprimento em janeiro de 2016. No entanto, devido à perda por caducidade da validade do contrato firmado com a empresa que construiria a subestação "ICG" onde o empreendimento iria se conectar, a solução dada pela ANEEL foi a substituição do ponto de conexão, passando a ser na Subestação Russas II. Para possibilitar o empreendedor construir esse Sistema de Transmissão até o novo ponto, foi publicada o Despacho ANEEL 1.987 de 26 de julho de 2016, dando um novo prazo de entrada em operação comercial para o parque eólico para 01/11/2019, nova data de início de suprimento do CCEAR.

A partir de 1° de novembro de 2019, as Companhias passaram a receber a receita operacional referente à energia comercializada no referido leilão, das 25 distribuidoras que compraram esta energia. O saldo a receber em 31 de março de 2023 é de R\$ 6.477 (R\$ 7.108 em 31 de dezembro de 2022). O prazo médio de recebimento é de 45 dias, não tendo inadimplência e por esse motivo não houve a necessidade de constituir perdas para créditos de liquidação duvidosa.

# 7 Tributos a compensar

A composição dos tributos recuperáveis é apresentada como segue:

	Control	adora	Consolidado		
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022	
Contribuição social	-	-	327	327	
PIS / COFINS / CSLL retidos	-	-	51	13	
CSLL a recuperar	9	6	-	35	
IR a recuperar	2.748	2.747	5.179	5.100	
Total	2.757	2.753	5.557	5.475	

# 8 Adiantamento para futuro aumento de capital

Os adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC registrados no Investimento, na controladora, referem-se a valores repassados para os empreendimentos Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A. – na qualidade de incorporadora das sociedades dos Complexos de Acaraú e Famosa III; e IBER, visando suportar as despesas administrativas e técnicas, rateadas entre as empresas ligadas à Holding Brasil Ventos Energia S.A. Esses recursos foram aportados para a continuidade do cronograma do Complexo e serão totalmente integralizados como capital social nas geradoras investidas.

A posição dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFACs está demonstrada como segue:

	31/03/2023	31/12/2022
Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.		21.465
Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.	93.689	93.689
Total	93.689	115.154

# 9 Investimentos

Referem-se a valores de participações nas geradoras da Brasil Ventos S.A.

# Controladora

					Investimento
			Aumento	Equivalência	em
Investimentos	%	31/12/2022	de capital	_patrimonial	31/03/2023
Energia dos Ventos V S.A.	100%	13.071	_	(1.252)	11.819
Energia dos Ventos VI S.A.	100%	18.340	-	(1.422)	16.918
Energia dos Ventos VII S.A.	100%	10.678	-	(1.639)	9.039
Energia dos Ventos VIII S.A.	100%	12.562	-	(994)	11.568
Energia dos Ventos IX S.A.	100%	26.102	-	(1.104)	24.998
Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis	98%	68.215	-	(304)	67.911
Central Eólica Famosa I (b)	49%	155	46	(16)	185
Central Eólica Pau Brasil (b)	49%	118	32	(13)	137
Central Eólica Rosada (b)	49%	202	28	(11)	219
Central Eólica São Paulo (b)	49%	151	33	(13)	171
Geradora Eólica Bom Jesus – em liquidação (a)(b)	49%	9	20	(5)	24
Geradora Eólica Cachoeira – em liquidação (a)(b)	49%	12	17	(5)	24
Geradora Eólica Pitimbu – em liquidação (a)(b)	49%	3	23	(5)	21
Geradora Eólica São Caetano – em liquidação (a)(b)	49%	-	27	(11)	16
Geradora Eólica São Caetano I – em liquidação (a)(b)	49%	9	20	(5)	24
Geradora Eólica São Galvão – em liquidação (a)(b)	49%	-	43	(18)	25
		149.627	289	(6.817)	143.099

Investimentos	%	31/12/2021	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Investimento em 31/12/2022	AFAC (*)	AFAC em 31/12/2022	Passivo descoberto
Geradora Eólica Ventos de Angelim (c)	90%	6.644		(29.680)	(23.036)	21.465		(1.571)
Energia dos Ventos V S.A.	100%	9.685	5.000	(1.614)	13.071	-	13.071	-
Energia dos Ventos VI S.A.	100%	20.971	-	(2.631)	18.340	-	18.340	-
Energia dos Ventos VII S.A.	100%	11.785	-	(1.107)	10.678	-	10.678	-
Energia dos Ventos VIII S.A.	100%	12.557	-	5	12.562	-	12.562	-
Energia dos Ventos IX S.A.	100%	21.454	6.500	(1.851)	26.102	-	26.102	-
Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis	98%	(25.924)	2.940	(2.490)	(25.474)	93.689	68.215	-
Central Eólica Famosa I (b)	49%	176	106	(127)	155	-	155	-
Central Eólica Pau Brasil (b)	49%	101	88	(71)	118	-	118	-
Central Eólica Rosada (b)	49%	190	95	(83)	202	-	202	-
Central Eólica São Paulo (b)	49%	130	93	(72)	151	-	151	-
Geradora Eólica Bom Jesus – em liquidação (a)(b)	49%	672	29	(692)	9	-	9	-
Geradora Eólica Cachoeira – em liquidação (a)(b)	49%	662	34	(684)	12	-	12	-
Geradora Eólica Pitimbu – em liquidação (a)(b)	49%	842	42	(881)	3	-	3	-
Geradora Eólica São Caetano – em liquidação (a)(b)	49%	667	32	(699)	-	-	-	-
Geradora Eólica São Caetano I – em liquidação (a)(b)	49%	651	29	(671)	9	-	9	-
Geradora Eólica São Galvão – em liquidação (a)(b)	49%	4.923	138	(5.061)	-	-	-	-
		66.186	15.126	(48.410)	32.902	115.154	149.627	(1.571)

<sup>(\*)</sup> Vide Nota explicativa nº 8.

Investimento +

- a) Em 02 de dezembro de 2019, em razão das sociedades que compõem os Complexos Punaú e Baleia terem extinguido seus contratos de energia de reserva e terem sido revogadas suas portarias autorizativas de outorga, após participação em Mecanismo de Descontratação de Energia, os acionistas deliberaram pela liquidação das sociedades, atualmente em curso.
  - Em 30 de outubro de 2020, conforme deliberado nas Assembleias Gerais Extraordinárias das sociedades Punaú I Eólica S.A., Carnaúba I Eólica S.A., Carnaúba II Eólica S.A., Carnaúba III Eólica S.A., Carnaúba V Eólica S.A., Cervantes I Eólica S.A., Cervantes II Eólica S.A., que compunham o Complexo Eólico Punaú, ocorreu a extinção das referidas sociedades.
- b) Para as sociedades do grupo Famosa Central Eólica Famosa I S.A., Central Eólica Pau Brasil S.A., Central Eólica Rosada S.A. e Central Eólica São Paulo S.A. e as sociedades do grupo Baleia Geradora Eólica Bom Jesus S.A., Geradora Eólica Cachoeira S.A., Geradora Eólica Pitimbu S.A., Geradora Eólica São Caetano S.A., Geradora Eólica São Caetano I S.A. e Geradora Eólica São Galvão S.A. foram adotados os balancetes referentes a fevereiro para o cálculo de equivalência patrimonial em 31 de março de 2023.
- c) Em 17 de fevereiro de 2023, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Geradora Eólica Ventos de Angelim deliberaram sobre a dissolução e liquidação da Controlada. Dessa forma, em 31/03/2023, a Controlada não consta mais das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, sendo apresentada como operação descontinuada.

#### Consolidado

Investimentos	31/12/2022	Aumento de Capital	Equivalência Patrimonial	31/03/2023
Central Eólica Famosa I	155	46	(16)	185
Central Eólica Pau Brasil	118	32	(13)	137
Central Eólica Rosada	202	28	(11)	219
Central Eólica São Paulo	151	33	(13)	171
Geradora Eólica Bom Jesus – em liquidação	9	20	(5)	24
Geradora Eólica Cachoeira – em liquidação	12	17	(5)	24
Geradora Eólica Pitimbu – em liquidação	3	23	(5)	21
Geradora Eólica São Caetano – em liquidação	-	27	(11)	16
Geradora Eólica São Caetano I – em liquidação	9	20	(5)	24
Geradora Eólica São Galvão- em liquidação	-	43	(18)	25
	659	289	(102)	846
Investimentos	31/12/2021	Aumento de Capital	Equivalência Patrimonial	31/12/2022

Investimentos	31/12/2021	Aumento de Capital	Equivalencia Patrimonial	31/12/2022
Central Eólica Famosa I	176	106	(127)	155
Central Eólica Pau Brasil	101	88	(71)	118
Central Eólica Rosada	190	95	(83)	202
Central Eólica São Paulo	130	93	(72)	151
Geradora Eólica Bom Jesus – em liquidação	672	29	(692)	9
Geradora Eólica Cachoeira – em liquidação	662	34	(684)	12
Geradora Eólica Pitimbu – em liquidação	842	42	(881)	3
Geradora Eólica São Caetano – em liquidação	667	32	(699)	-
Geradora Eólica São Caetano I – em liquidação	651	29	(671)	9
Geradora Eólica São Galvão- em liquidação	4.923	138	(5.061)	_
	9.014	686	(9.041)	659

# 10 Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado estão demonstrados na tabela a seguir:

	Controladora	ı	Consolid	ado
_	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Imobilizado em curso				
A ratear	-	-	19.106	20.307
Imobilizado em serviço				
Administração				
Móveis e utensílios	12	13	45	47
Máquina e equipamentos	-	-	14	17
Usinas				
Máquinas e equipamentos	-	-	496.955	503.192
Sistema de Transmissão de Conexão				
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	1.177	1.188
Máquinas e equipamentos	-	-	71.655	72.315
Móveis e utensílios	-	-	105	108
(-) Impairment	-	-	(69.088)	(70.331)
Total	12	13	519.969	526.843

# Movimentações no ativo imobilizado:

Descrição	Taxa Média (%)	31/12/2022	Adições	Baixa de controlada em liquidação (*)	Depreciação	31/03/2023
Administração - Imobilizado em Serviço						
Móveis e utensílios	6,25	47	-	-	(2)	45
Máquinas e equipamentos	20,00	17	-	-	(3)	14
Imobilizado em curso - A ratear		20.307	42	(1.243)	-	19.106
(-) Impairment		(70.331)	-	1.243	-	(69.088)
Usinas - Imobilizado em Serviço						
Máquinas e equipamentos	3,33 a 6,67	503.192	-	-	(6.237)	496.955
Sistema de Transmissão de Conexão						
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	3,33 a 4,00	1.188	-	-	(11)	1.177
Máquinas e Equipamentos	2,50 a 6,67	72.315	-	-	(660)	71.655
Móveis e Utensílios	6,25	108			(3)	105
		526.843	42	-	(6.916)	519.969

Descrição	Taxa Média (%)	31/12/2021	Adições	Baixas	Reclassificação	Depreciação	Impairment	31/12/2022
Administração - Imobilizado em Serviço								
Móveis e utensílios	6,25	48	4	-	2	(7)	-	47
Máquinas e equipamentos	20,00	29	-	-	-	(12)	-	17
Imobilizado em curso - A ratear		18.064	3.118	(903)	28	-	-	20.307
(-) Impairment		(75.996)	-	-	-	-	5.665	(70.331)
Usinas - Imobilizado em Serviço								_
Máquinas e equipamentos	3,33 a 6,67	528.304	-	-	(2)	(25.110)	-	503.192
Sistema de Transmissão de Conexão								
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	3,33 a 4,00	1.232	-	-	-	(44)	-	1.188
Máquinas e Equipamentos	2,50 a 6,67	74.864	-	-	(28)	(2.521)	-	72.315
Móveis e Utensílios	6,25	118				(10)		108
		546.663	3.122	(903)		(27.704)	5.665	526.843

(\*) No primeiro trimestre de 2023, a Companhia Geradora Eólica Ventos de Angelim – Em Liquidação nomeou o liquidante e segue com o cronograma de liquidação com previsão de término em 31/07/2023. Dessa forma, em 31/03/2023 a controlada passou a ser apresentada como operação descontinuada e não consta mais da consolidação.

#### Redução do valor recuperável de ativos ("Impairment")

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado são revisados, no mínimo anualmente, para verificar se há alguma indicação de que possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo. As principais premissas e informações referentes aos testes de *impairment* estão descritas na Nota explicativa nº 1.1.

# 11 Intangível

	Conso	Consolidado		
	31/03/2023	31/12/2022		
Em curso	<del></del>			
Direito de uso - Arrendamento (b)	74.676	77.372		
Cessão de direitos (a)	76.159	105.149		
Em serviço				
Software	11	9		
Direito de uso - Arrendamento (b)	25.047	25.273		
Servidões	6.776	6.776		
Cessão de direitos (a)	11.761	11.881		
(-) Impairment (c)	<del>_</del>	(31.914)		
Total	194.430	194.546		

Movimentações no ativo intangível:

Consolidado				
31/12/2022	Adições	Baixa de controlada em liquidação (c)	Amortização	31/03/2023
9	2	-	-	11
6.776	-	-	-	6.776
11.881	-	-	(120)	11.761
25.273	-	-	(226)	25.047
105.149	228	(29.218)	-	76.159
77.372	-	(2.696)	-	74.676
(31.914)	-	31.914	-	-
194.546	230		(346)	194.430
	9 6.776 11.881 25.273 105.149 77.372 (31.914)	31/12/2022 Adições  9 2 6.776 - 11.881 - 25.273 - 105.149 228 77.372 - (31.914) -	Saixa de controlada em liquidação (c)	Saixa de controlada em liquidação (c)   Amortização liquidação (c)     Amortização liquidação (c)

	Consolidado					
Descrição	31/12/2021	Adições	Reversão	Amortização	Impairment	31/12/2022
Em Serviço						
Software	6	3	-	-	-	9
Servidões	6.776	-	-	-	-	6.776
Cessão de direitos	12.361	-	-	(480)	-	11.881
Arrendamento	23.206	10.726	(7.754)	(905)	-	25.273
Em curso						
Cessão de direitos	104.164	985	-	-	-	105.149
Arrendamento	50.068	32.306	(5.002)	-	-	77.372
(-) Impairment	-	-	-	-	(31.914)	(31.914)
	196.581	44.020	(12.756)	(1.385)	(31.914)	194.546

- a) Vide Nota explicativa n°16.
- b) Vide Nota explicativa n°15.
- c) Conforme Nota explicativa nº 1 item iv, em 28 de dezembro de 2022, a administração da controlada Angelim, aprovou o encaminhamento do seu processo de dissolução e liquidação aos respectivos órgãos competentes. Na AGE de Angelim realizada em 17/02/2023 foi aprovado o processo de liquidação e dissolução da Sociedade. Dessa forma, atendendo ao estabelecido no CPC 01, em 31 de dezembro de 2022 a administração da controlada julgou prudente registrar impairment sobre todo o saldo mantido nas contas de intangível, pois não há expectativa de recuperação desses ativos, bem como procedeu as baixas dos arrendamentos firmados. As principais premissas e informações referentes aos testes de impairment estão descritas na Nota explicativa nº 1.1. Em 31 de março de 2023, a Companhia Geradora Eólica Ventos de Angelim Em Liquidação entrou em processo de liquidação voluntária e dessa forma, não consta mais da consolidação, sendo apresentada como Operação descontinuada nos termos do CPC 31.

## 12 Empréstimos e financiamentos - Consolidado

A composição do saldo de empréstimos está representada a seguir:

Empréstimo	CTR n°	Circul	ante
		31/03/2023	31/12/2022
Energia dos Ventos V	n° 187.2018.529.4956	6.319	6.080
Energia dos Ventos VI	nº 187.2018.535.4957	8.947	8.605
Energia dos Ventos VII	nº 187.2018.536.4958	8.533	8.237
Energia dos Ventos VIII	nº 187.2018.537.4959	6.198	5.963
Energia dos Ventos IX	n° 187.2018.533.4960	6.992	6.720
Total do circulante	_	36.989	35.605

Empréstimo	CTR nº	Não Ci	rculante
		31/03/2023	31/12/2022
Energia dos Ventos V	nº 187.2018.529.4956	78.575	79.199
Energia dos Ventos VI	nº 187.2018.535.4957	110.222	111.137
Energia dos Ventos VII	nº 187.2018.536.4958	98.996	99.921
Energia dos Ventos VIII	nº 187.2018.537.4959	78.222	78.866
Energia dos Ventos IX	nº 187.2018.533.4960	86.334	87.031
Total do não circulante		452.349	456.154
Total		489.338	491.759

O saldo do endividamento do principal e encargos do circulante e principal no não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Descritivo	Total	Consolidado - Moeda nacional - 31/03/2023						
Descritivo	31/12/2022	EDV V	EDV VI	EDV VII	EDV VIII	EDV IX	TOTAL	
2023	35.605	6.319	8.947	8.533	6.198	6.992	36.989	
2024	15.361	2.520	3.694	3.727	2.605	2.815	15.361	
2025	17.035	2.807	4.111	4.094	2.888	3.135	17.035	
2026	18.844	3.117	4.563	4.487	3.194	3.483	18.844	
Após 2026	404.914	70.131	97.854	86.688	69.535	76.901	404.914	
Total	491.759	84.894	119.169	107.529	84.420	93.326	489.338	

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

		Circulante								
Banco	o Contrato	Saldo em 31/12/2022	Transf	Juros	Pagamento	Saldo em 31/03/2023	Saldo em 31/12/2022	Transferência p/ Circulante	Saldo em 31/03/2023	Saldo do empréstimo em 31/03/2023
EDV V BNB	nº 187.2018.529.4956	6.080	624	1.991	(2.376)	6.319	79.199	(624)	78.575	84.894
EDV VI BNB	nº 187.2018.535.4957	8.605	915	2.794	(3.367)	8.947	111.137	(915)	110.222	119.169
EDV VII BNB	nº 187.2018.536.4958	8.237	925	2.522	(3.151)	8.533	99.921	(925)	98.996	107.529
EDV BNB	nº 187.2018.537.4959	5.963	644	1.980	(2.389)	6.198	78.866	(644)	78.222	84.420
EDV IX BNB	nº 187.2018.533.4960	6.720	697_	2.188	(2.613)	6.992	87.031	(697)	86.334	93.326
		35.605	3.805	11.475	(13.896)	36.989	456.154	(3.805)	452.349	489.338

		Circulante								
Banco	Contrato	Saldo em 31/12/2021	Transf	Juros	Pagamento	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Transferência p/ Circulante	Saldo em 31/12/2022	Saldo do empréstimo em 31/12/2022
EDV V BNB	nº 187.2018.529.4956	5.408	2.250	7.241	(8.819)	6.080	81.449	(2.250)	79.199	85.279
EDV VI BNB	nº 187.2018.535.4957	9.427	3.282	10.257	(14.361)	8.605	114.419	(3.282)	111.137	119.742
EDV VII BNB	nº 187.2018.536.4958	8.233	3.387	9.250	(12.633)	8.237	103.308	(3.387)	99.921	108.158
EDV BNB	nº 187.2018.537.4959	5.422	2.344	7.215	(9.018)	5.963	81.210	(2.344)	78.866	84.829
EDV IX BNB	nº 187.2018.533.4960	6.086	2.481	7.965	(9.812)	6.720	89.512	(2.481)	87.031	93.751
		34.576	13.744	41.928	(54.643)	35.605	469.898	(13.744)	456.154	491.759

Em 31 de outubro de 2018, foram assinados os contratos de financiamento por instrumento particular nº 187.2018.529.4956, nº 187.2018.535.4957, nº 187.2018.536.4958, nº 187.2018.537.4959 e nº 187.2018.533.4960 entre as sociedades controladas Energia dos Ventos V, Energia dos Ventos VII, Energia dos Ventos VIII e Energia dos Ventos IX com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) respectivamente os valores de R\$ 82.243, R\$117.490, R\$105.742, R\$82.242 e R\$90.500 do principal a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Sobre a dívida incide a taxa de juros dos fundos constitucionais (TFC) apurada mensalmente, pro rata die, calculada e capitalizada no dia 15 de cada mês incidente sobre o saldo devedor, conforme cláusula nona dos contratos.

Os encargos financeiros equivalem à taxa efetiva de 2,74% a.a., além do Fator de Atualização Monetária – FAM, composto pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

O garantidor das operações de empréstimos é o acionista controlador e também, valores transferidos pelas controladas para conta Reserva de liquidez (Fundo vinculado – Nota explicativa n°5) de titularidade das SPE`s no BNB.

O pagamento dos encargos se dá da seguinte maneira: trimestral, durante o período de carência fixado em 36 meses, e mensal, durante o período de amortização juntamente com as prestações vincendas de principal, conforme parágrafo primeiro da cláusula nona do contrato.

## 13 Obrigações sociais e trabalhistas

A composição de saldos de obrigações sociais a recolher é apresentada como segue:

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022	
Contribuição ao INSS - Empresa	26	26	102	107	
Rescisão a pagar	-	-	-	81	
Provisões (FGTS, INSS, Férias e 13°salário)	142	165	549	477	
IRRF s Folha	20	31	49	98	
Total	188	222	700	763	

# 14 Obrigações tributárias

A composição de saldos de tributos a recolher é apresentada como segue:

	Controladora		Cons	olidado
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Impostos federais retidos de fornecedores	6	8	132	160
PIS e COFINS a recolher	4	3	105	126
COFINS a recolher	16	16	494	588
CSRF a recolher	-	-	36	56
ISS a recolher	-	-	16	17
IRPJ a pagar	-	-	129	134
CSLL a pagar	<u>-</u> _		53	34
Total	26	27	965	1.115

#### 15 Arrendamentos

Arrendamentos					
	31/12/2022	Baixa de controlada em liquidação	Pagamentos	31/03/2	023
Arrendamentos a pagar	98.362	(189)	(365)	97.	808
Total	98.362	(189)	(365)		808
Arrendamentos a pagar		31/12/2021 68.254	Atualização 30.108	31/12/2 98.:	<b>022</b> 362
Total		68.254	30.108	98.	362
			31/03/20	23	31/12/2022
Parcela circulante				1.148	1.702
Parcela não circulante			9	6.660	96.660
Total			9	7.808	98.362

Em atendimento ao CPC 06 (R2), a Companhia realizou nas controladas, estudo para enquadramento à nova regra do arrendamento e tem reconhecido desde dezembro de 2019, a contabilização da dívida no Passivo, em contrapartida ao Intangível - Direito de Uso.

Os saldos classificados no passivo circulante e não circulante, sob o título de arrendamentos a pagar, referem-se a valores contratados com as controladas até o final do contrato de um instrumento que assegura o "Direito de Usar ou Dispor do local a ser destinado à implantação do empreendimento", e é um dos requisitos de habilitação de Projetos Eólicos na Empresa de Pesquisa Energética – EPE para participação dos Leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em geral, se estabelece nesses contratos um prazo de vigência aderente ao período de prospecção, projeto, implantação e operação do empreendimento, perfazendo uma faixa de aproximadamente 30 anos.

Em 01 de julho de 2020, foram feitos os ajustes de provisão na Itaguaçu da Bahia (IBER) referente à atualização do contrato de arrendamento celebrado em 09 de abril de 2020. Até a entrada em operação do parque eólico da Itaguaçu da Bahia (IBER), o arrendamento é pago por valor fixo contratual, corrigido anualmente pela variação do IPCA e devido todo mês de outubro de cada ano. A partir da entrada em operação, o valor do arrendamento passa a ser calculado pelo percentual de 1,5% da receita gerada. Assim, a variação verificada decorre do aumento da receita verificada na última atualização do plano de negócios da controlada IBER. Com isso o reconhecimento da provisão em 2022 acresceu em R\$ 32.306.

A diferença entre o intangível e o passivo de arrendamentos a pagar se dá pelo fato de no intangível a movimentação ocorrer pela amortização, enquanto no passivo a movimentação é realizada pelos pagamentos aos arrendatários.

Em 17 de fevereiro de 2023, a Companhia Geradora Eólica Ventos de Angelim – Em Liquidação entrou em liquidação voluntária e em 31 de março de 2023 não consta mais da consolidação, sendo transferida para operação descontinuada.

## 16 Transações com partes relacionadas

### a) Cessão de contratos de direitos

Os saldos classificados no passivo não circulante, no consolidado, sob o título Contrato de Cessão de Direitos, referem-se ao valor a pagar pelas sociedades Geradora Eólica Ventos de Angelim aos desenvolvedores dos projeto em decorrência do Termo de Cessão e Transferência de Direitos de Exploração do projeto do Parque Eólico, conforme AGE de 22/12/2020 pela incorporação das sociedades Geradoras Eólicas Arara Azul, Bentevi, Ouro Verde I, Ouro Verde II, Ouro Verde III, Santa Rosa e Uirapuru e da Itaguaçu da Bahia Energia Renováveis S.A., respectivamente nos valores R\$ 3.664 e R\$ 7.111, totalizando R\$ 10.775, registrado em 31/12/2022. Em 31/03/2023 como companhia Angelim está em liquidação o valor registrado na conta totaliza R\$7.339 que se refere somente a Itaguaçu da Bahia Energia Renováveis S.A.

			Consolidado	
	31/12/2022	Atualização	Baixa de controlada em liquidação	31/03/2023
Contrato de cessão de direitos	10.775	228	(3.664)	7.339
	10.775	228	(3.664)	7.339
Parcela circulante Parcela não circulante Total			<u> </u>	7.339 <b>7.339</b>

		Consolidado	
	31/12/2021	Atualização	31/12/2022
Contrato de cessão de direitos - Não circulante	9.819	956	10.775
	9.819	956	10.775
Parcela circulante			3.664
Parcela não circulante			7.111
Total			10.775

Em 17 de fevereiro de 2023, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Geradora Eólica Ventos de Angelim deliberaram sobre a dissolução e liquidação da Controlada. Dessa forma, em 31/03/2023, a Controlada não consta mais das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, sendo apresentada como operação descontinuada.

### b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Referem-se aos aportes efetuados pelo acionista controlador para futuro aumento de capital que totalizam R\$ 460.726 em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022. Os respectivos adiantamentos foram utilizados para a capitalização e construção das coligadas e controladas indicadas na Nota explicativa n° 9 (Investimentos).

### 17 Provisões

## 17.1 Provisões para ações judiciais e depósitos judiciais – Consolidado

31/03/2023	31/12/2022
12.965	12.965
4.261	4.261
-	163
17.226	17.389
4.261	4.424
12.965	12.965
17.226	17.389
31/03/2023	31/12/2022
12.965	12.965
12.965	12.965
	12.965 4.261 17.226 4.261 12.965  17.226  31/03/2023 12.965

a) Processo 0189904-02.2021.8.19.0001 - Trata-se de ação ajuizada pela empresa Pellon Advogados, através da qual a autora busca o valor total de R\$ 11.782, montante consolidado do complexo Fortim, sob a alegação de honorários de sucumbência derivados da ação judicial contra a CHUBB referente ao contrato de fornecimento dos aerogeradores. Pela avaliação do departamento jurídico da Companhia a probabilidade de realização de perda é classificada como provável e o seu saldo atualizado de R\$ 12.965 foi atualizado em 2022 e para a continuação da discussão do mérito foi realizado o depósito judicial em março de 2022 no mesmo valor.

b) Refere-se à parcela incontroversa dos pleitos apresentados pela empresa STK, contratada para execução da Linha de Transmissão e Rede de Média Tensão (CT.EDV.ENG.009.2018 e CT.EDV.ENG.016.2018), e reconhecida pelas sociedades contratantes do Complexo de FORTIM, após emissão de Relatório Técnico nº 007-2020, Relatório Técnico nº 011-2020 (Pleitos da SE/LT/Bay) e Relatório Técnico nº 015-2020 (Consolidação dos Pleitos da RMT), pela Engenharia do Proprietário. Ressalta-se que os valores possuem previsão de pagamento na rubrica de contingenciamento do plano de negócios. Cumpre esclarecer, ainda, que a contratada STK, buscando o reconhecimento da totalidade dos pleitos que apresentou à contratante, entendeu por ingressar com procedimento arbitral, incluindo na discussão, também, a parcela incontroversa admitida pela contratante, além das penalidades contratuais que lhe foram aplicadas. Segue a seguir a composição do saldo referente aos valores considerados como parcela incontroversa dos pleitos apresentados.

Consolidado				31/03/2023		
PROVISÃO STK	POTÊNCIA		Nº DE MÁQUINAS	LT	RMT	TOTAL
São Januário (EDV V)	21	MW	7	562	165	727
Nossa Senhora de Fátima (EDV VI)	30	MW	10	804	235	1.039
Jandaia (EDV VII)	27	MW	9	724	212	936
São Clemente (EDV VIII)	21	MW	7	562	165	727
Jandaia I (EDV IX)	24	MW	8	643	188	831
TOTAL	123			3.295	965	4.261

c) Trata-se de ação reclamatória trabalhista ajuizada por ex-colaboradora, através da qual a autora buscou indenização, sob a alegação de redução de jornada de trabalho inexistente. Pela avaliação do departamento jurídico da Companhia, a probabilidade de perda da ação foi classificada como provável e o seu saldo atualizado foi provisionado, tendo a ação tido seu desfecho com a condenação da Companhia, ocorrido o trânsito em julgado em dezembro de 2022, liquidado em janeiro e março de 2023 (valor total da condenação, considerando o crédito da autora, honorários sucumbenciais, e guias de INSS e IR).

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas não possuem ações judiciais com prognóstico de perda possível a serem divulgadas.

## 17.2 Provisões para ressarcimentos

As controladas que compõem o Complexo Fortim possuem Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado "CCEAR" que operam contratos de venda de energia do Leilão ANEEL Nº 007/2011 nos termos da sua Resolução RES-1138/2011, datada de 08 de dezembro de 2011, que estabelecem que sejam apuradas ao em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem limites para os desvios, conforme as regras descritas abaixo:

- Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte.
- Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio, contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente.

O primeiro ciclo dos Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado "CCEAR" se encerrou em dezembro de 2022 e que marca o final do primeiro quadriênio de apuração de sobras e excessos no fornecimento contratado de energia, está apresentado conforme segue:

	31/12/2022	Atualização	31/03/2023
Insuficiência de Fornecimento - Quadriênio - 2019 a 2022 (a)	12.814	7.336	20.150
Insuficiência de Fornecimento - Anual (b)	31.528	(5.238)	26.291
Pagamento (desconto na receita informada pela CCEE) (c)	(5.097)	1.699	(3.398)
Saldo no final do exercício	39.246	3.798	43.044

- a) Parcela negativa carregada para os anos seguintes, limitadas em até 10% do fornecimento contratado CCEAR, devendo, as insuficiências de fornecimento anual limitada a 10% da energia comercializada, ser quitada ao final de cada quadriênio, por meio de desconto na receita de venda, apurada pela CCEE.
- b) Ressarcimento Insuficiência que supera os 10% do fornecimento contratado, percentual esse de 10% que reflete a insuficiência quadrienal, conforme esclarecido em (a),, que deve ser descontado pela CCEE nos faturamentos mensais do ano subsequente.
- c) Os pagamentos, descontos a serem promovidos pela CCEE, foram suspensos em face de diversos geradores de energia terem entrado com processos de "constrained-off" contestando insuficiências de fornecimento que lhes foram imputadas, mas que decorreram de restrições impostas pelo ONS. Assim, até julgamento desses pleitos, os descontos na receita estão suspensos.

Adicionalmente, as controladas estimam possuir a título de ressarcimento do "Constrained Off" do exercício de 2020 o montante de R\$18.719, conforme demonstrado a seguir:

### "Constrained Off" 2020

	EDV V	EDV VI	EDV VII	EDV VIII	EDV IX	Consolidado
Quadriênio	340	328	504	313	246	1.731
Anual	4.004	3.866	5.937	3.682	2.897	20.386
Reversão do pagamento - Ressarcimento 2021	(667)	(644)	(989)	(614)	(483)	(3.398)
Total	3.677	3.550	5.451	3.381	2.260	18.719

O *Constrained-off* pode ser definido como a redução de geração demandada pelo operador centralizado (ONS) devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras.

O ano de 2020 foi marcado por muitas restrições de geração impostas pelo ONS, que afetaram sobremaneira a não geração contínua e ininterrupta dos parques eólicos do Complexo Eólico Fortim. Com base nos cálculos realizados com observância da regulamentação do assunto, é possível concluir que os montantes devidos (energia não entregue) e a receber (ressarcimento pelo ONS decorrente das restrições que deu causa) são muito próximos, indicando que não haverá a necessidade de pagamento de ressarcimento relativo ao exercício de 2020.

O Despacho 2303/2019 emitido pela ANEEL, suspendeu os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a CCEE para analisar e para regulamentar o *Constrained-off* de usinas eólicas. Até o momento a CCEE definiu um cronograma de ressarcimento, porém ainda não definiu os valores a serem ressarcidos.

## 18 Patrimônio líquido

## a) Capital Social

Em 31 março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado está representado por 11.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais da Companhia. O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 551.400.

	31/03/2023			31/12/2022		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Furnas Centrais Elétricas	11 000 000	11.000	100.000/	11,000,000	11 000	100.000/
S.A.	11.000.000	11.000	100,00%	11.000.000	11.000	100,00%
Total	11.000.000	11.000	100,00%	11.000.000	11.000	100,00%

### b) Reserva de capital

Transação de Capital	31/03/2023	31/12/2022
Cessão não Onerosa de ações do complexo Fortim	(54.104)	(54.104)
Cessão não Onerosa de ações do complexo IBER	(6.816)	(6.816)
Cessão não Onerosa de ações do complexo Famosa I	1.439	1.439
Cessão não Onerosa de ações do complexo Baleia	1.723	1.723
Destinação dos Lucros do período 2018	23.456	23.456
Total	(34.302)	(34.302)

Complexo Fortim - Em 30 de dezembro de 2017, foi assinado o contrato de cessão não onerosa das ações de Furnas para a Brasil Ventos referente à participação societária de Furnas (99,99%) no Complexo Eólico Fortim. A transferência nos livros societários só ocorreu em 25 de janeiro de 2018, conforme valores constantes do laudo de avaliação da Companhia, base novembro de 2017, após o recebimento de correspondência da ANEEL, dispensando a anuência requerida para a mencionada cessão.

Em 13 de julho de 2018, foram assinados contratos de cessão não onerosa para a Brasil Ventos das ações da Central Eólica São Januário referente à participação societária da geradora de 0,01% na Energia dos Ventos V S.A., da Central Eólica Nossa Senhora de Fátima referente à participação societária da geradora de 0,01% na Energia dos Ventos VI S.A., da Central Eólica Jandaia referente à participação societária da geradora de 0,01% na Energia dos Ventos VII S.A., da Central Eólica São Clemente referente à participação societária da geradora de 0,01% na Energia dos Ventos VIII S.A. e da Central Eólica Jandaia I referente à participação societária da geradora de 0,01% na Energia dos Ventos IX S.A.

A transferência ocorreu conforme valores constantes do laudo de avaliação da Companhia, base junho/2018. Desde então, as SPE's, que compõem o Complexo Eólico Fortim, passaram a ser subsidiárias integrais da Brasil Ventos Energia.

Complexo Itaguaçu da Bahia - Em 04 de junho de 2018, ocorreu a cessão não onerosa das ações de Furnas para a Brasil Ventos, referente à participação societária de Furnas (49%) na sociedade denominada Itaguaçu da Bahia Energia Renováveis S.A. (IBER).

O registro da transferência ocorreu conforme valores constantes do laudo de avaliação da Companhia, base março de 2018.

Em 26 de novembro de 2018, foi finalizado o processo de compra, por parte de Furnas, da participação de 49% da IBER de propriedade do Fundo de Investimento Participações Salus - FIP SALUS, que foi aprovado pela SEST — Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais. Naquela data as ações da IBER de titularidade do Fundo de Investimento Participações Salus - FIP SALUS foram transferidas para Furnas.

Em 19 de dezembro de 2018, foi celebrado o Contrato de Cessão Não Onerosa e Outras Avenças para tratar da transferência para a BVE das ações da IBER (49%) de titularidade de Furnas adquiridas do Fundo de Investimento Participações Salus - FIP SALUS em novembro. A BVE passou a ter 98% de participação na IBER.

Complexo Eólico Famosa - Em 21 de setembro de 2018, foi celebrado o Contrato de Cessão Não Onerosa e Outras Avenças que trata da transferência das ações de titularidade de Furnas (49%) no Complexo Eólico Famosa, composto pelas Centrais Eólicas Famosa I, São Paulo, Pau Brasil e Rosada, todas provenientes do Edital de Leilão LER 03/2011 – ANEEL, para a Brasil Ventos. O registro da transferência ocorreu na mesma data acima, conforme valores constantes do laudo de avaliação da Companhia, base junho de 2018.

Complexos Punaú e Baleia - Em 06 de dezembro de 2018, por meio da celebração de contratos de cessão não onerosa, também ocorreu a cessão da totalidade da participação de Furnas, correspondente a 49% nos complexos eólicos Punaú e Baleia, para a Brasil Ventos Energia. O Complexo Eólico Punaú é composto pelas sociedades Punaú I Eólica S.A., Carnaúba I Eólica S.A., Carnaúba II Eólica S.A., Carnaúba III Eólica S.A., Carnaúba V Eólica S.A., Cervantes I Eólica S.A., Cervantes II Eólica S.A., e o Complexo Eólico Baleia é composto pelas sociedades Bom Jesus Eólica S.A., Cachoeira Eólica S.A., Pitimbu Eólica S.A., São Caetano Eólica S.A., São Caetano I Eólica S.A. e São Galvão Eólica S.A. A transferência ocorreu conforme valores constantes do laudo de avaliação da Companhia, base setembro de 2018.

Em 30 de outubro de 2020, conforme deliberado nas Assembleias Gerais Extraordinárias das sociedades Punaú I Eólica S.A., Carnaúba I Eólica S.A., Carnaúba II Eólica S.A., Carnaúba III Eólica S.A., Carnaúba V Eólica S.A., Cervantes I Eólica S.A., Cervantes II Eólica S.A., que compunham o Complexo Eólico Punaú, ocorreu a extinção das referidas sociedades, como forma de exaurimento da liquidação extrajudicial iniciada em 02 de dezembro de 2019. Ressalta-se que os projetos foram alienados para a sociedade São Galvão Eólica S.A., pertencente ao Complexo Eólico Baleia, cuja composição acionária é análoga a das referidas sociedades extintas.

## 19 Receita operacional líquida

1	1				
			Consolidado		
			31/03/2023		
	Venda de energia (a)	Ressarcimento (b)	Total da receita bruta	(-) Tributos e encargos	Total receita liquida
Energia dos Ventos V S.A.	3.525	(680)	2.845	(327)	2.518
Energia dos Ventos VI S.A.	5.008	(759)	4.249	(462)	3.787
Energia dos Ventos VII S.A.	4.941	(1.176)	3.765	(495)	3.270
Energia dos Ventos VIII S.A.	3.678	(615)	3.063	(340)	2.723
Energia dos Ventos IX S.A.	3.880	(568)	3.312	(235)	3.077
	21.032	(3.798)	17.234	(1.859)	15.375
			Consolidado		
			31/03/2022		
	Venda de energia	Ressarcimento	Total da receita bruta	(-) Tributos e encargos	Total receita liquida
Energia dos Ventos V S.A.	3.829	-	3.829	(324)	3.505
Energia dos Ventos VI S.A.	5.454	-	5.454	(458)	4.996
Energia dos Ventos VII S.A.	5.725	-	5.725	(479)	5.246
Energia dos Ventos VIII S.A.	4.115	-	4.115	(339)	3.776
Energia dos Ventos IX S.A.	4.250	-	4.250	(358)	3.892
	23 373		23 373	(1 959)	21 415

a) Venda de energia - Os Parques Eólicos São Januário, N.S. Fátima, Jandaia, São Clemente e Jandaia I que compõem o Complexo Eólico Fortim, de propriedade respectivamente das Energia dos Ventos V S.A.- EDV V, Energia dos Ventos VI S.A.- EDV VI, Energia dos Ventos VII S.A.- EDV VIII e Energia dos Ventos IX S.A.- EDV IX sagrou-se vencedor no 13º Leilão de Energia Nova comercializando respectivamente 7,90MWmed, 11,20MWmed, 11,70MWmed, 8,20MWmed e 8,70MWmed por um período de 20 anos no Ambiente de Contratação Regulado – ACR, com início de suprimento em janeiro de 2016.

No entanto, devido à perda por caducidade da validade do contrato firmado com a empresa que construiria a subestação "ICG", onde o empreendimento iria se conectar, a solução dada pela ANEEL houve a substituição do ponto de conexão, passando a ser na Subestação Russas II.

Para possibilitar o empreendedor construir esse Sistema de Transmissão até o novo ponto, foi publicado Despacho ANEEL 1.987 de 26 de julho de 2016, dando um novo prazo de entrada em operação comercial para o parque eólico para 01/11/2019, nova data de início de suprimento do CCEAR. Conforme explicado no Contexto Operacional, a partir da nova data de entrada em operação comercial, as Companhias têm o direito de receber a receita operacional referente à energia comercializada no referido leilão, por meio das 25 distribuidoras que compraram esta energia.

b) Ressarcimentos Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado "CCEAR" – As controladas que compõem o Complexo Fortim provisionaram, como redutora de sua receita bruta, os ressarcimentos calculados sobre a energia contratual não gerada anualmente e no primeiro ciclo quadrienal dos Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado "CCEAR" que se encerrou em dezembro de 2022 (vide Nota explicativa nº 17.2).

## 20 Custo operacional

	31/03/2023	31/03/2022
Depreciação e amortização	(7.257)	(7.271)
Encargos de uso da rede elétrica (a)	(143)	(171)
Operação e manutenção de usinas (b)	(2.775)	(2.142)
Total	(10.175)	(9.584)

- a) Em 31 de julho de 2019, foi assinado o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão CUST entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS as Concessionárias de Transmissão e as Usuárias Energia dos Ventos V - EDV V denominada EOL São Januário, Energia dos Ventos VI – EDV VI denominada EOL Nossa Senhora de Fátima, Energia dos Ventos VII - EDV VII denominada EOL Jandaia, Energia dos Ventos VIII - EDV VIII denominada EOL São Clemente e Energia dos Ventos IX – EDV IX denominada EOL Jandaia I, contratos respectivamente nº 066/2019, nº 064/2019, nº 063/2019, nº 065/2019 e nº 062/2019. Seu objeto é o uso da Rede Básica pelas Usuárias, incluindo a Prestação dos Serviços de Transmissão pelas Concessionárias de Transmissão às Usuárias, mediante controle e supervisão do ONS e a Prestação pelo ONS dos serviços de coordenação e controle da operação dos sistemas eletro energéticos interligados, das interligações internacionais e de administração dos Serviços de Transmissão prestados pelas Concessionárias de Transmissão, observados os procedimentos e os padrões estabelecidos nos Procedimentos de Rede, na legislação e na regulação vigente. Os contratos também preveem a administração pelo ONS da cobrança e a liquidação dos encargos neles estabelecidos e a execução do sistema de garantias e administrado pelo ONS, atuando por conta e ordem das Concessionárias de Transmissão. Conforme tabela dos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão - MUST dos contratos, a cobrança das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST iniciou respectivamente em 01/10/2019, 01/09/2019, 01/08/2019, 01/08/2019 e 01/09/2019.
- b) Despesas de Operação e Manutenção de Usinas "O&M", gastos com operação e manutenção dos contratos de aerogeradores abrangendo a subestação e linha de transmissão totalizando um valor de R\$ 2.775 (R\$ 2.142 em 31 de dezembro de 2022), respectivamente a entrada em operação comercial das EDV VII, VIII e IX em 30/05/2020 e das EDV V e VI em 02/06/2020, conforme abaixo:

#### Consolidado

Conso	nuauv	
O&M	Total 31/03/2023	Total 31/03/2022
Energia dos Ventos V S.A.	465	362
Energia dos Ventos VI S.A.	668	527
Energia dos Ventos VII S.A.	665	483
Energia dos Ventos VIII S.A.	468	366
Energia dos Ventos IX S.A.	509_	404
Total	2.775	2.142

## 21 Despesas operacionais

	Contro	Consolidado		
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Pessoal e Conselheiros (a)	(389)	(389)	(1.091)	(1.183)
Materiais	-	-	(2)	(1)
Serviços de terceiros (b)	(481)	(584)	(877)	(853)
Tributos	(1)	(1)	(265)	(293)
Seguros	(57)	-	(356)	(531)
Outras despesas	-	(72)	-	(137)
Depreciação	(1)		(5)	(5)
Total	(929)	(1.046)	(2.596)	(2.866)

## a) Remuneração dos Administradores, Empregados e Conselho Fiscal

O pessoal-chave da administração inclui os diretores e conselheiros de administração.

	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	3	4	3
Número de membros remunerados	-	4	3
Valor da maior remuneração individual (R\$)	-	3	3
Valor da menor remuneração individual (R\$)	-	3	3
Valor médio de remuneração individual (R\$)	-	3	3

A Diretoria Executiva é composta por 02 (dois) Diretores, sendo um representante na Diretoria Técnica e um representante na Diretoria Administrativa e Diretoria Financeira, totalizando 03(três) Diretorias.

O Conselho de Administração é formado 04 representantes, sendo três membros indicados pela Controladora e um membro indicado pelo Ministério da Economia.

O Conselho Fiscal é formado por 02 representantes titulares e respectivos suplentes indicados pela Controladora e 01 membro titular e respectivo suplente indicado pelo Tesouro Nacional, sendo que não foi indicado suplente pelo Tesouro Nacional para o mandato vigente.

Os Diretores assinaram Declaração de Renúncia de Remuneração pelo desempenho de suas atividades em face do compartilhamento de mandato com sua Controladora.

Adicionalmente, em atendimento ao CPC 05 apresentamos, a seguir, o gasto total com a remuneração do pessoal-chave da Administração, composta pelo Conselheiro de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

	Control	adora	Consol	idado
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Pessoal	(293)	(293)	(987)	(1.080)
Remuneração	(180)	(167)	(614)	(615)
Encargos	(52)	(57)	(205)	(211)
Outros benefícios	(61)	(69)	(168)	(254)
Conselheiros	(96)	(96)	(104)	(103)
Honorários	(80)	(80)	(88)	(86)
Encargos	(16)	(16)	(16)	(17)
Total	(389)	(389)	(1.091)	(1.183)

Referente ao demais colaboradores, informamos que a Companhia possui três empregados sendo, a maior, a menor e a média das remunerações, tomando-se por base o mês de março de 2023, R\$28, R\$24 e R\$26, respectivamente. Esses valores incluem os salários e adicionais.

### b) Serviços de terceiros

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Telefone e Internet	(6)	(6)	(19)	(23)
Despesas com Cartório	-	-	-	(74)
Consultoria Técnica	-	-	(29)	(12)
Serviços de Informática	(51)	(52)	(52)	(52)
Assessoria Jurídica	(8)	(109)	(65)	(130)
Despesa de Viagem	-	(4)	-	(6)
Serviço de Auditoria	(20)	(8)	(46)	(20)
Serviços Adm, contábeis	(396)	(405)	(395)	(405)
Publicações Legais	-	-	-	(132)
Despesas Legais e Judiciais	-	-	-	(1)
Compartilhamento (*)	-	-	(270)	-
Total	(481)	(584)	(877)	(853)

(\*) Contrato de Compartilhamento - Em 10 de maio de 2022, foi assinado o Instrumento de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e Recursos Humanos entre Furnas Centrais Elétricas S.A., Brasil Ventos S.A., e suas subsidiárias, Energia dos Ventos V S.A., Energia dos Ventos VI S.A., Energia dos Ventos VII S.A. e Energia dos Ventos IX S.A., com fulcro na Resolução Normativa nº 699 de 26/01/2016, contrato nº40009710 de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e Recursos Humanos, com o valor mensal já atualizado de R\$125, a serem rateados entre as empresas do grupo.

### 22 Resultado financeiro

O resultado financeiro é impactado principalmente pelos encargos financeiros sobre os empréstimos (Nota explicativa n° 12), conforme demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Receitas Financeiras	974	990	2.208	1.977
Receita de aplicação financeira	1.022	1.033	2.305	2.071
Cofins sobre a receita financeira	(41)	(36)	(189)	(81)
PIS sobre a receita financeira	(7)	(7)	92	(13)
Despesas Financeiras	(2)	(3)	(11.491)	(14.098)
Encargos s/ Empréstimos BNB	-	-	(11.475)	(14.068)
IOF	(1)	(2)	(3)	(7)
Tarifas bancárias	(1)	(1)	(13)	(23)
Total	972	987	(9.283)	(12.121)

## 23 Imposto de renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Contribuição social	(3)		(3)	
Imposto de renda	(4)	-	(4)	-

## 24 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro (prejuízo) por ação básico e diluído, conforme os parâmetros definidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 está demonstrado conforme segue:

	Controladora	
•	31/03/2023	31/03/2022
PREJUÍZO DO PERÍODO	(7.029)	(3.298)
Número de ações	11.000	11.000
Resultado por ação (básico e diluído) - Em Reais	(0,64)	(0,30)

## 25 Cobertura de seguros - Consolidado

A Brasil Ventos possui cobertura de seguro D&O, vencida em 21/03/2023 junto à AIG Seguros Brasil S.A., que por questões legais, não foi possível a sua renovação para o período 2023/2024, por isso o procedimento para nova contratação do seguro D&O está em andamento.

A prestação de serviços de seguros relativo a Riscos Operacionais e Responsabilidade Civil Geral para o Complexo Eólico Fortim, no qual se inclui a Energia dos Vento V S.A., está em processo de renovação para 2023. O seguro tem como segurado a Brasil Ventos Energia e como cossegurados as 5 empresas e filiais que compõe o referido complexo

A Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A. (IBER ou Companhia), possui vigente um seguro garantia para que seja cumprido as obrigações e compromissos decorrentes da Lei das Resoluções Normativas e do Manual do Serviço de Gestão de Garantias Financeiras de Empreendimentos da ANEEL, conforme segue:

Descrição da garantia		
Seguradora:	Junto Seguros S.A.	
Apólice:	n° 0407750346200	
Tipo:	Seguro garanti	
Valor segurado:	R\$ 56.000.000,00	
Valor do prêmio:	R\$ 437.904,66	
Período da vigência:	15/02/2022 a 15/01/2025	

Não faz parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela administração da Companhia e suas controladas.

### 26 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia e suas controladas limitam os seus riscos de créditos por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas não possuíam qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de taxa de juros e índices de mercado, de liquidez e regulatório. As políticas de risco foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites.

As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. Considerando-se que o Grupo se encontra em fase operacional, os principais fatores de risco que afetam o negócio podem ser assim descritos:

### (i) Risco de taxa de juros e índices de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia, suas coligadas e controladas incorrerem em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia, suas coligadas e controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

### (ii) Risco de liquidez

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia, de suas coligadas e controladas é monitorado diariamente pela área de Gestão da controladora, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia, suas coligadas e controladas.

### (iii) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da concessão. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

## Estrutura de Gerenciamento de riscos

### a) Gestão de Capital

A Companhia, suas coligadas e controladas obtêm recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinado principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

### b) Gestão de Risco

No período de suas atividades, construção, operação e manutenção dos Parques Eólicos, o Grupo é impactado por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia, suas coligadas e controladas.

Para a gestão de riscos financeiros, o Grupo definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e garantindo a execução das obras de implantação dos Parques Eólicos.

### c) Gestão de Risco Setorial (Constrained-off de usinas eólicas)

O constrained-off de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao constrained-off de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a. Reconhecimento de restrições energéticas;
- b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*. A CCEE informou que efetuaria 12 contabilizações, iniciando em novembro de 2021, sendo que em cada contabilização 3 meses seriam recontabilizados. No entanto, em comunicado de novembro de 2021, a CCEE informou a postergação dos processamentos de energia não fornecida proveniente de *constrained-off* "em decorrência do tempo necessário para validação de parâmetros de entrada com o ONS.

A CCEE publicou em dia 31 de janeiro de 2022 o comunicado CO 069/22, que informa que foram realizadas tratativas das informações sobre os dados de entrada a respeito do constrained-off com o ONS, conforme o último comunicado CO 870/21, e foram identificadas inconsistências, as quais foram indicadas para ANEEL junto com a solicitação de ajuste na metodologia de cálculo. Até o momento, a CCEE apresentou o cronograma de ressarcimento, porém ainda não divulgou os valores a serem ressarcidos.

## 27 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante os exercícios findos em 31 de março de 2023 e de 2022 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalente de caixa:

- Atualização da Cessão de Direitos;
- Encargos de empréstimos;
- Reclassificação entre Intangível e Imobilizado.

## 28 Fato significativo

Está em andamento o novo projeto para o Parque Eólico da IBER que, em um primeiro momento, passou por todas as aprovações pela governança corporativa e os ritos regulatórios também foram retomados, de forma a permitir a implantação do Parque Eólico.

O ponto principal para o desenvolvimento do empreendimento é a contratação dos aerogeradores, pois além de serem responsáveis pela geração de energia, liberam a contratação dos demais serviços necessários para a construção do Parque Eólico. Sendo assim, foi publicado o Edital LC.IBER.0001.2021 para a contratação, na modalidade "DDP", da fabricação, fornecimento, teste de fábrica, transporte, seguros, montagem, supervisão de montagem e comissionamento dos aerogeradores, materiais e sistemas associados, necessários à implantação do Empreendimento, bem como a operação e manutenção, conforme constante no Edital e seus anexos, sendo realizada a sessão pública em 30/11/2021, no entanto, nesta ocasião não houve apresentação de propostas e a licitação foi declarada deserta.

Foram realizados ajustes na documentação, e em 27/12/2021 foi publicado novo Edital de Licitação LC. IBER.0007.2021 com sessão pública ocorrida em fevereiro de 2022, no entanto, nesta ocasião a proposta apresentada não atendia aos requisitos mínimos exigidos no Edital e o Agente de Licitação abriu processo de diligência para sanar as falhas na confecção da proposta. Neste processo foi facultada a proponente a apresentação de nova proposta após saneados os problemas identificados e em março de 2022 ocorreu nova sessão pública para o recebimento e negociação dos valores propostos para o Contrato de fornecimento e o Contrato de Operação e Manutenção. A proposta restou classificada, a proponente enviou a documentação de habilitação e foi considerada habilitada por atender todos os requisitos exigidos.

Considerando a desestatização das sociedades do Grupo Eletrobras, o processo de licitação foi interrompido, a Sociedade busca no mercado, com os fornecedores de aerogeradores, melhores condições comerciais que atendam ao Projeto. A partir da definição da melhor solução técnico/financeira, o Plano de Negócios será revisado e reapresentado para a Governança, uma vez aprovado será iniciada a implantação do empreendimento.

# 29 Compromissos assumidos

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais compromissos assumidos:

- a) Em fevereiro de 2022, foi contratada a emissão de Apólice de Garantia de Fiel Cumprimento, pela empresa Junto Seguros S.A., a qual é documento necessário e imprescindível à emissão da outorga, já protocolada na ANEEL.
- b) Em março de 2023, as Companhias do Complexo Eólico Fortim assinaram contrato com a empresa Control Tecnologia e Comunicação Ltda, para fornecimento de materiais e serviços no escopo de telecomunicações, necessários à interligação entre a SE Jandaia e o prédio de O&M.

#### 30 Operação descontinuada

Em 17 de fevereiro de 2023, a Companhia Geradora Eólica Ventos de Angelim entrou em liquidação voluntária e em 31 de março de 2023 não consta mais da consolidação, sendo transferida para operação descontinuada, conforme a seguir detalhado:

	31/03/2023
Ativos Caixa e equivalentes de caixa	2.154
Imobilizado e intangível	
Imobilizado	1.243
(-) Impairment	(1.243)
Intangível	31.914
(-)Impairment	(31.914)
Total dos ativos	2.154
Passivos	
Gastos com liquidação	200
Remuneração do liquidante	9
Obrigações tributárias	9
Arrendamento	95
Partes relacionadas	3.861
Total dos passivos	4.174
Total dos ativos líquidos	(2.020)
% de participação	90%
I	(1.819)
	****

Pedro Eduardo Fernandes Brito Diretor Administrativo

Diretor Financeiro

Francisco José Arteiro de Oliveira Diretor Técnico

Caroline Amaral Becker **CONTADORA** CRC/SC 031685/O-3